



SENADO FEDERAL
Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE)

Data da reunião: 26/11/2019

Presidente: Senador Dário Berger

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	PL 2123/2019 Ementa: Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro, para incluir especificações a respeito da ficha de catalogação de obras estrangeiras traduzidas. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senador Izalci Lucas	Pela aprovação com uma emenda que apresenta.	A proposição pretende incluir novo parágrafo ao art. 6º da Lei 10.753/2003, para que a ficha de catalogação de obras estrangeiras informe a língua original em que a obra foi escrita e o ano de publicação da primeira edição da obra na língua original, desde que esses dados sejam conhecidos e informados pelos autores ou editores estrangeiros responsáveis. Foi apresentada uma emenda que prevê expressamente que o dado a ser incluído na ficha de catalogação deve ser feito quando essas informações constarem da obra a ser traduzida. A matéria constou da pauta da reunião de 11/10 e 19/11/2019.
2	PL 2120/2019 Ementa: Confere ao Município de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Linguiça Artesanal. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação.	O projeto visa a conceder ao Município de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Linguiça Artesanal. A matéria constou da pauta da reunião de 19/11/2019.

Consultoria Legislativa do Senado Federal

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE)

Data da reunião: 26/11/2019

2

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
3	PRS 47/2019 Ementa: Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Cora Coralina, destinada a homenagear escritores, escritoras, e artistas de destaque na área de cultura. Autoria: Senadora Rose de Freitas [tramitação] Não Terminativo	Senador Izalci Lucas	Pela aprovação.	<p>O PRS pretende instituir, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Cora Coralina, destinada a homenagear escritores e escritoras de destaque nas áreas de literatura e poesia.</p> <p>A matéria vai à Comissão Diretora.</p> <p>1. A matéria vai à Comissão Diretora; 2. A matéria constou da pauta da reunião de 19/11/2019.</p>
4	PL 3964/2019 Ementa: Dispõe sobre o exercício de direitos culturais e a realização de apresentações culturais no âmbito da infraestrutura dos serviços públicos de mobilidade urbana. Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo [tramitação] Não Terminativo	Senador Eduardo Gomes	Pela aprovação.	<p>O PL pretende: a) estabelecer que os três níveis do Poder Público devem garantir e incentivar o exercício dos direitos culturais no âmbito dos serviços públicos de mobilidade urbana; b) dispor que apresentações culturais serão permitidas conforme a definição constante do art. 3º, § 3º, da Lei 12.587/2012 e que não poderão interferir na função precípua dos respectivos espaços, sendo vedada a cobrança de cachê, mas admitida a solicitação de contribuições espontâneas; c) definir o conceito de apresentação cultural; e d) esclarecer que a norma proposta aplica-se aos serviços de transporte prestados direta ou indiretamente pela administração pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.</p> <p>1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa; 2. A matéria constou da pauta da reunião de 22/10, 29/10, 05/11, 12/11 e 19/11/2019.</p>
5	PL 5101/2019 Ementa: Institui o Dia Nacional da Pessoa com Atrofia Muscular Espinhal (AME). Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senadora Daniella Ribeiro	Pela aprovação.	<p>O projeto pretende instituir o Dia Nacional da Pessoa com Atrofia Muscular Espinhal (AME), a ser comemorado anualmente no dia 8 de agosto.</p>

Data da reunião: 26/11/2019

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
6	PLC 13/2016 Ementa: Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Nacional de Incentivo ao Atendimento Voluntário para Alunos com Baixo Rendimento Escolar. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senador Roberto Rocha	Pela aprovação do projeto e da emenda nº1, nos termos do substitutivo que apresenta.	<p>O projeto autoriza a União a instituir, em articulação com estados e municípios, o Programa Nacional de Incentivo ao Atendimento Voluntário para Alunos com Baixo Rendimento Escolar, a ser desenvolvido no âmbito dos estabelecimentos públicos de ensino fundamental e médio. O referido programa tem por objetivo estimular a comunidade a prestar orientação, acompanhamento e suporte aos estudantes que apresentarem, ao final de cada bimestre, baixo rendimento escolar.</p> <p>Na CE, foi apresentada emenda para prever que o acompanhamento pedagógico em questão será prestado, de preferência, paralelamente ao período letivo.</p> <p>O relator apresenta substitutivo para retirar o caráter autorizativo da matéria, inserindo a proposta legislativa como alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Acolhe, ademais, a emenda apresentada.</p> <p>A matéria constou da pauta da reunião de 28/05, 13/08, 20/08, 27/08 e 19/11/2019.</p>
7	PL 861/2019 Ementa: Isenta do pagamento de taxas ou emolumentos pela emissão de passaportes e demais documentos de viagem, no território nacional, os estudantes brasileiros que comprovadamente requeiram esses documentos com o objetivo de realizar atividade de ensino, pesquisa ou extensão no exterior. Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação com uma emenda que apresenta.	<p>O projeto pretende isentar do pagamento de taxas e emolumentos pela emissão de passaportes e demais documentos de viagem, no território nacional, os estudantes brasileiros que comprovadamente requeiram esses documentos com o objetivo de realizar atividade de ensino, pesquisa ou extensão no exterior.</p> <p>O relator apresenta emenda para limitar o benefício aos estudantes comprovadamente carentes, nos termos de regulamento.</p> <ol style="list-style-type: none"> Em 08/10/2019, após leitura do relatório, foi concedida vista coletiva; A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa; A matéria constou da pauta da reunião de 08/10, 15/10 e 22/10, 29/10, 05/11, 12/11 e 19/11/2019.
8	PL 4811/2019 Ementa: Institui o Dia Nacional de Segurança da Vida nas Áreas de Barragens. Autoria: Senador Styvenson Valentim [tramitação] Terminativo	Senador Fabiano Contarato	Pela aprovação.	<p>O projeto institui o Dia Nacional de Segurança da Vida nas Áreas de Barragens, a ser rememorada, anualmente, no dia 25 de janeiro, data do rompimento da barragem de Brumadinho (MG).</p> <ol style="list-style-type: none"> Em 12/11/2019 foi lido o relatório; A matéria constou da pauta da reunião de 12/11 e 19/11/2019.
9	PL 4641/2019 Ementa: Confere ao Município de Divina Pastora, no Estado de Sergipe, o título de Capital Nacional da Renda Irlandesa. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves [tramitação] Terminativo	Senador Alessandro Vieira	Pela aprovação.	<p>O projeto propõe a concessão do título de "Capital Nacional da Renda Irlandesa" para o Município de Divina Pastora, no Estado de Sergipe.</p> <p>A matéria constou da pauta da reunião de 08/10, 15/10, 22/10, 29/10, 05/11, 12/11 e 19/11/2019.</p>

Data da reunião: 26/11/2019

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
10	PL 4682/2019 Ementa: Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), para incluir a alfabetização de jovens e adultos como critério de responsabilidade social a ser avaliado. Autoria: Senador Jorge Kajuru [tramitação] Terminativo	Senador Confúcio Moura	Pela aprovação.	<p>O projeto objetiva incluir a alfabetização de jovens e adultos como um dos indicadores de responsabilidade social que devem nortear a avaliação das instituições de educação superior (IES) no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).</p> <p>A matéria constou da pauta de 12/11 e 19/11/2019.</p>
11	PL 3941/2019 Ementa: Altera a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que "dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória no 2.208, de 17 de agosto de 2001", para estender aos professores o benefício da meia-entrada. Autoria: Senador Dário Berger [tramitação] Terminativo	Senador Jorginho Mello	Pela aprovação.	<p>A proposição visa a assegurar aos estudantes o acesso a eventos culturais, educativos, esportivos, de lazer e de entretenimento, em todo o território nacional, mediante pagamento da metade do preço do ingresso efetivamente cobrado do público em geral. Ademais, adiciona professores da educação escolar nos níveis básico e superior como nova categoria de pessoas a fazer jus ao benefício da meia entrada. Estipula, ainda, que a condição de docente deve ser comprovada pela apresentação de carteira funcional oficial, emitida pelas instituições de ensino, com prazo de validade renovável a cada ano, conforme modelo único padronizado e publicamente disponibilizado pelas instituições de ensino e pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), com certificação digital deste, podendo a carteira funcional ter 50% de características locais.</p> <p>A matéria constou da pauta de 12/11 e 19/11/2019.</p>
12	PL 5289/2019 Ementa: Confere ao município de Maringá, no estado do Paraná, o título de Capital Nacional do Associativismo. Autoria: Senador Flávio Arns [tramitação] Terminativo	Senadora Leila Barros	Pela aprovação.	<p>O PL pretende conferir ao Município de Maringá, no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional do Associativismo.</p> <p>A matéria constou da pauta da reunião de 19/11/2019.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
13	PL 4393/2019 Ementa: Dispõe sobre a assistência, em regime de exercícios domiciliares ou à distância, para estudantes da Educação Básica que participem periodicamente de competições desportivas e paradesportivas ou exerçam atividades artísticas itinerantes. Autoria: Senador Flávio Arns [tramitação] Terminativo	Senadora Leila Barros	Pela aprovação com três emendas que apresenta.	<p>O projeto trata da assistência, em regime de exercícios domiciliares ou a distância, para estudantes da educação básica que participem de competições desportivas e atividades artísticas de caráter oficial. Em seu texto, condiciona a substituição de faltas à compatibilização dos exercícios domiciliares ou a distância com as possibilidades materiais da instituição de ensino e à rigorosa coincidência dos períodos de afastamento com a concessão. A concessão se dará a partir da entrega de documento que comprove a convocação do estudante e ficará sujeita a posterior homologação do Conselho Escolar.</p> <p>Foi apresentada emenda que amplia o escopo da proposta para beneficiar todos os estudantes praticantes de atividades artísticas que, eventual ou esporadicamente, precisem se ausentar da escola, e não apenas os que desenvolvem atividades itinerantes, para os quais o ordenamento vigente, nos termos da Lei 6.533/1978, prevê proteção mais ampla. As demais emendas realizam reparos de técnica legislativa.</p> <p>A matéria constou da pauta da reunião de 19/11/2019.</p>
14	PL 4613/2019 Ementa: Declara o Projeto Rondon como Patrimônio Imaterial da Educação Superior Brasileira Autoria: Senador Flávio Arns [tramitação] Terminativo	Senador Confúcio Moura	Pela aprovação com uma emenda que apresenta.	<p>A proposição pretende declarar o Projeto Rondon como Patrimônio Imaterial da Educação Superior Brasileira.</p> <p>Emenda substitui a expressão “como Patrimônio Imaterial da Educação Superior Brasileira “por “bem imaterial do patrimônio cultural brasileiro”, de forma a harmonizar o texto do projeto com o da Constituição Federal.</p> <p>A matéria constou da pauta da reunião de 19/11/2019.</p>
15	PL 2992/2019 Ementa: Dispõe sobre a validação de diplomas da educação superior expedidos irregularmente. Autoria: Senador Eduardo Gomes [tramitação] Terminativo	Senador Roberto Rocha	Pela aprovação.	<p>O projeto trata da validação de diplomas de educação superior (graduação, mestrado ou doutorado) expedidos por instituições de ensino não credenciadas ou relativos a cursos não autorizados ou não reconhecidos pelas autoridades competentes. Propõe que os diplomas de graduação expedidos irregularmente até a data de publicação da lei sugerida possam ser validados por universidades públicas que disponham de curso na mesma área de conhecimento e em nível equivalente, conforme o regulamento. Quanto aos diplomas de mestrado e doutorado, a proposta é que possam ser validados por universidades públicas que disponham de cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior, igualmente conforme o regulamento. Estabelece ainda outros procedimentos a serem observados no processo de validação dos diplomas.</p>

Item	Identificação da matéria
16	<p>REQ (REQUERIMENTO) 109/2019 - CE</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 1449/2019, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para vedar a exigência de aquisição de material escolar nos estabelecimentos de educação básica pública, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.</p> <p>Autoria: Senador Nelsinho Trad</p>

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.